



Concurso Público para provimento de cargos de
Agente Técnico
Contador

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'AT03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

Segundo o filósofo americano Michael Sandel, da Universidade Harvard, estamos em uma época em que todas as relações, sejam emocionais, sejam cívicas, estão tendendo a ser tratadas pela lógica da economia de mercado. Diz ele que passa da hora de abrir-se um amplo debate sobre o processo que, "sem que percebamos, sem que tenhamos decidido que é para ser assim, nos faz mudar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado". Já chegamos a ela? Felizmente ainda não, mas estamos a caminho.

A economia de mercado é o corolário da democracia no campo das atividades produtivas. Mas o que seria uma "sociedade de mercado"? É uma sociedade em que os valores sociais, a vida em família, a natureza, a educação, a saúde, até os direitos cívicos podem ser comprados e vendidos. Em resumo, uma sociedade em que todas as relações humanas tendem a ser mediadas apenas pelo seu aspecto econômico.

Sandel reafirma sempre que, com todos os seus defeitos, o mercado ainda é a forma mais eficiente de organizar a produção e de distribuir bens. Reconhece que a adoção de economias de mercado levou a prosperidade a regiões do globo que nunca a haviam conhecido. Enfatiza, também, que, junto a essa economia de mercado, vem quase sempre o desenvolvimento de instituições democráticas, ambas baseadas na liberdade. Os riscos apontados são, segundo ele, de outra natureza. Ele alerta para o fato de que, por ser tão eficiente na economia, a lógica econômica está invadindo todos os outros domínios da vida em sociedade.

(Adaptado de: Jones Rossi e Guilherme Rosa. **Veja**, 21 de novembro de 2012. p. 75-77)

1. O filósofo citado no texto

- (A) censura certa tendência das economias de mercado em sociedades mais desenvolvidas, que acabam interferindo no mercado interno de nações menos privilegiadas economicamente.
- (B) defende uma eventual sociedade de mercado caracterizada pela evolução das relações econômicas, em que tudo, incluindo-se até mesmo os valores, deve ser comercializado.
- (C) reconhece o valor da economia de mercado, porém se preocupa com a tendência atual de comercialização dos valores sociais, fato que tende a desvirtuá-los.
- (D) aceita a interferência das regras da economia em todos os campos da atividade humana, ainda que seja necessário incluir os valores sociais nas mesmas condições de bens e de produtos.
- (E) afirma que a liberdade democrática presente em uma sociedade de mercado justifica a comercialização, tanto de bens e de produtos, quanto dos valores que norteiam essa sociedade.

2. Conclui-se corretamente do texto que
- (A) sociedades bem desenvolvidas são aquelas que conseguem valorizar as relações humanas de acordo com as leis da economia de mercado.
 - (B) valores sociais vêm se transformando, atualmente, em objetos de transações comerciais, segundo a lógica de mercado.
 - (C) economia de mercado e sociedade de mercado são conceitos que se fundiram atualmente, pois o preço direciona todas as transações de compra e venda.
 - (D) sociedade de mercado é aquela que recebe, atualmente, os benefícios conjuntos da economia e da democracia, gerados pela economia de mercado.
 - (E) relações humanas podem ser objetos habituais de negociação entre partes interessadas, em respeito à liberdade democrática vigente na economia de mercado.

3. Em relação ao 2º parágrafo, é correto afirmar:
- (A) insiste na importância econômica prioritária dos fenômenos sociais.
 - (B) traz informações referentes ao filósofo citado anteriormente.
 - (C) retoma a importância do atual desenvolvimento econômico.
 - (D) contém uma opinião destinada a criticar o que vem sendo exposto.
 - (E) introduz esclarecimentos necessários à compreensão do assunto.

4. *A economia de mercado é o corolário da democracia no campo das atividades produtivas.*
- A constatação que justifica a afirmativa acima, considerando-se o contexto, está na
- (A) lógica econômica que abrange as relações humanas existentes na sociedade.
 - (B) prosperidade observada em várias regiões do globo.
 - (C) abrangência mundial de uma economia de mercado.
 - (D) liberdade em que se baseia a economia de mercado.
 - (E) organização e na distribuição de bens a todas as regiões do planeta.

5. *Os riscos apontados são, segundo ele, de outra natureza.* (último parágrafo)
- A outra natureza* a que se refere o filósofo diz respeito
- (A) ao desenvolvimento econômico resultante da comercialização de quaisquer bens, inclusive os valores cívicos, observado em várias regiões do globo.
 - (B) à ausência de um amplo debate sobre as vantagens obtidas por uma sociedade de mercado ao adotar as regras estabelecidas pela economia de mercado.
 - (C) aos novos rumos a serem definidos em uma sociedade democrática, no sentido de que suas instituições preservem os valores cívicos.
 - (D) à atual tendência observada na sociedade em mediar todas as relações humanas pela lógica da economia de mercado.
 - (E) a um eventual comprometimento da liberdade democrática que caracteriza a economia de mercado, caso esta seja transformada em uma sociedade de mercado.



6. Identifica-se noção de causa no segmento grifado em:

- (A) ... por ser tão eficiente na economia, a lógica econômica está invadindo todos os outros domínios da vida em sociedade.
- (B) ... sem que tenhamos decidido que é para ser assim, nos faz mudar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado.
- (C) Felizmente ainda não, mas estamos a caminho.
- (D) ... em que os valores sociais, a vida em família, a natureza, a educação, a saúde, até os direitos cívicos podem ser comprados e vendidos.
- (E) ... com todos os seus defeitos, o mercado ainda é a forma mais eficiente de organizar a produção...

7. ... "sem que percebamos, sem que tenhamos decidido que é para ser assim, nos faz mudar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado".

O segmento transcrito acima constitui

- (A) resumo de todo o desenvolvimento posterior do texto.
- (B) transcrição exata das palavras do filósofo citado no texto.
- (C) hipótese contrária ao que havia sido afirmado anteriormente.
- (D) insistência em uma afirmativa que enumera vantagens da época moderna.
- (E) dúvida quanto ao valor econômico de certos produtos estabelecido pelo mercado.

8. De acordo com o texto, o segmento grifado nas frases abaixo que se refere à expressão "sociedade de mercado" é:

- (A) Mas o que seria uma "sociedade de mercado"? (2º parágrafo)
- (B) ... que nunca a haviam conhecido. (3º parágrafo)
- (C) ... estamos em uma época em que todas as relações... (1º parágrafo)
- (D) Sandel reafirma sempre que, com todos os seus defeitos... (3º parágrafo)
- (E) Já chegamos a ela? (1º parágrafo)

9. Já chegamos a ela? (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima, considerando seu emprego no texto, está em:

- (A) ... que, junto a essa economia de mercado, vem quase sempre o desenvolvimento de instituições democráticas...
- (B) Felizmente ainda não, mas estamos a caminho.
- (C) ... que a adoção de economias de mercado levou a prosperidade a regiões do globo...
- (D) ... sem que tenhamos decidido...
- (E) Os riscos apontados são, segundo ele, de outra natureza.

10. *Muitos economistas acreditam que o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens.*

A opinião de muitos economistas é verdadeira quando se trata de bens materiais.

Bens materiais são aparelhos de televisão ou carros.

Não é verdade quando se trata de bens imateriais, por exemplo, os valores sociais.

As afirmativas acima estão devidamente articuladas em um parágrafo, com clareza e correção, em:

- (A) Contudo muitos economistas acreditam que o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens, é uma opinião verdadeira quando se trata de bens materiais. Como os aparelhos de televisão ou carros. Mas também não é verdadeira referindo-se a bens imateriais; por exemplo os valores sociais.
- (B) De acordo com a crença de muitos economistas, o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens. Essa opinião é verdadeira em relação aos bens materiais, tais como aparelhos de televisão ou carros; não é verdade, porém, quando se trata de bens imateriais, como são, por exemplo, os valores sociais.
- (C) O mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens, diz a opinião verdadeira dos economistas que acreditam nela. Quando se trata de bens materiais, quer dizer, aparelhos de televisão ou carros; não é verdadeira porque se refere aos valores sociais, ou bens imateriais, por exemplo.
- (D) Muitos economistas concordam com a crença que o mercado não altera a qualidade ou o caráter dos bens materiais; tal como os aparelhos de televisão ou os carros. Que é opinião verdadeira, porém não sendo assim quando se referem os bens imateriais, por exemplo, como valores sociais.
- (E) A qualidade ou o caráter dos bens não altera o mercado, onde está a crença verdadeira de muitos economistas. Com a opinião que os bens materiais, aparelhos de televisão ou carros; não acreditando ser verdade para os bens imateriais, como valores sociais, por exemplo.

Atenção: Considere o poema abaixo para responder às questões de números 11 a 13.

O rio

*Ser como o rio que deflui
Silencioso dentro da noite.
Não temer as trevas da noite.
Se há estrelas nos céus, refleti-las.*

*E se os céus se pejarem de nuvens,
Como o rio as nuvens são água,
Refleti-las também sem mágoa
Nas profundidades tranquilas.*

(Manuel Bandeira. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro. Nova Aguilar: 1993. p. 285)

11. O poeta

- (A) considera a participação dos seres humanos na natureza, por estarem submetidos a uma série ininterrupta de acontecimentos rotineiros.
- (B) se volta para o necessário respeito aos elementos da natureza, como garantia de uma vida tranquila, sem sobressaltos inesperados.
- (C) demonstra desencanto em relação aos problemas cotidianos, por sua habitual ocorrência a exemplo da natureza, sem qualquer solução possível.
- (D) alude à fatalidade do destino humano sujeito a contínuas alterações, semelhantes às impostas pela natureza a um rio, que flui incessantemente.
- (E) propõe adaptação às circunstâncias da vida, sejam elas favoráveis ou não, as quais devem ser analisadas e, principalmente, aceitas.



12. Considere as afirmativas abaixo:

- I. O poema se desenvolve em forma de mandamentos, especialmente em razão do emprego de formas verbais de infinitivo.
- II. Percebe-se corretamente uma atmosfera onírica nos versos *que deflui/Silencioso dentro da noite*, em oposição à realidade mostrada em *E se os céus se pejam de nuvens*.
- III. O verso *Como o rio as nuvens são água* introduz comparação que corrobora a visão exposta no poema.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

13. O emprego de **ser** no 1º verso indica

- (A) aproximação do sentido do infinitivo histórico ou narrativo.
- (B) suavização de uma ordem imprescindível.
- (C) substituição do imperativo, mantendo-se a noção de ordem.
- (D) intenção de evidenciar o sujeito oculto da ação verbal.
- (E) destaque do agente da ação verbal, para evitar ambiguidade.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 14 a 18.

A justiça é o tema dos temas da Filosofia do Direito por conta da força de um sentimento que atravessa os tempos: o de que o Direito, como uma ordenação da convivência humana, esteja permeado e regulado pela justiça. A palavra direito, em português, vem de directum, do verbo latino dirigere, dirigir, apontando, dessa maneira, que o sentido de direção das normas jurídicas deve ser o de se alinhar ao que é justo.

O acesso ao conhecimento do que é justo, no entanto, não é óbvio. Basta lembrar que os gregos, para lidar com as múltiplas vertentes da justiça, valiam-se, na sua mitologia, de mais de uma divindade: Têmis, a lei; Diké, a equidade; Eirene, a paz; Eunômia, as boas leis; Nêmesis, que pune os crimes e persegue a desmedida.

No mundo contemporâneo o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades, que torna ainda mais problemático o acesso ao conhecimento do que é justiça, por meio da razão, da intuição ou da revelação. Essa problemática não afasta a força das aspirações da justiça, que surge como um

valor que emerge da tensão entre o ser das normas do Direito Positivo e de sua aplicação, e o dever ser dos anseios do justo. Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça. Este é forte, mas indeterminado. Daí as dificuldades da passagem do sentir para o saber. Por esse motivo, a tarefa da Teoria da Justiça é um insistente e contínuo repensar o significado de justiça no conjunto de preferências, bens e interesses positivados pelo Direito.

(Celso Lafer. **O Estado de S. Paulo**, A2, Espaço aberto, 18 de novembro de 2012, trecho)

14. O segmento que condensa a ideia desenvolvida no texto é:

- (A) *Este [o sentimento de justiça] é forte, mas indeterminado.*
- (B) *A justiça é o tema dos temas da Filosofia do Direito por conta da força de um sentimento que atravessa os tempos...*
- (C) *A palavra direito, em português, vem de directum, do verbo latino dirigere, dirigir, apontando, dessa maneira, que o sentido de direção das normas jurídicas deve ser o de se alinhar ao que é justo.*
- (D) *No mundo contemporâneo o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades...*
- (E) *Essa problemática não afasta a força das aspirações da justiça, que surge como um valor que emerge da tensão entre o ser das normas do Direito Positivo e de sua aplicação, e o dever ser dos anseios do justo.*

15. Identifica-se corretamente no 2º parágrafo

- (A) comentário que se opõe ao conceito dicionarizado da palavra *direito*, transcrito no parágrafo anterior.
- (B) conclusão imediata do raciocínio cujo desenvolvimento consta do 1º parágrafo.
- (C) ressalva em relação ao que se lê no 1º parágrafo, com um raciocínio que embasa a restrição apresentada.
- (D) acréscimo de nova tese, que será desenvolvida paralelamente ao assunto exposto no 1º parágrafo.
- (E) comparação entre a concepção atual de justiça e a sua aplicação entre os gregos na antiguidade.

16. ... para lidar com as múltiplas vertentes da justiça...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o da frase acima se encontra em:

- (A) *A palavra direito, em português, vem de directum, do verbo latino dirigere...*
- (B) *... o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades...*
- (C) *... o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça.*
- (D) *Essa problemática não afasta a força das aspirações da justiça...*
- (E) *Na dinâmica dessa tensão tem papel relevante o sentimento de justiça.*



17. Substituindo-se o segmento grifado nas frases abaixo por outro, proposto entre parênteses ao final, o verbo que poderá permanecer corretamente **no singular** está em:
- (A) *tem papel relevante o sentimento de justiça.* (os sentimentos de justiça)
- (B) *o de que o Direito [...] esteja permeado e regulado pela justiça.* (as normas do Direito)
- (C) *que torna ainda mais problemático* (as complexas funções de gestão)
- (D) *A justiça é o tema dos temas* (As vertentes da justiça)
- (E) *Essa problematidade não afasta a força* (Esses dilemas da ordem jurídica)

18. No mundo contemporâneo o Direito tem uma complexa função de gestão das sociedades, que torna ainda mais problemático o acesso ao conhecimento do que é justiça, por meio da razão, da intuição ou da revelação.

Considerando-se o segmento acima, a afirmativa que NÃO condiz com a estrutura sintática é:

- (A) trata-se de período composto por coordenação.
- (B) **o Direito** e **que** exercem função de sujeito, no período.
- (C) **gestão** e **acesso** são palavras que possuem, igualmente, complemento nominal.
- (D) **ainda mais problemático** é um termo que exerce função de predicativo.
- (E) o termo **por meio da razão, da intuição ou da revelação** tem sentido adverbial.

19. *Existem vários critérios para aferir a igualdade. A igualdade é um conceito complexo. A igualdade não se confunde com o igualitarismo. O igualitarismo defende que todos devem ser iguais em tudo. O igualitarismo rejeita a diversidade da condição humana.*

As afirmativas acima estão articuladas com clareza e correção, mantendo-se o sentido original, em:

- (A) A igualdade não se confunde com o igualitarismo, sendo um conceito complexo. Esse defende que todos devem ser iguais em tudo, apesar dos vários critérios para aferir a igualdade; porém, rejeitando a diversidade da condição humana.
- (B) A igualdade é um conceito complexo, porque existem vários critérios para aferir-lhe. O igualitarismo, defendendo que todos devem ser iguais em tudo, não se confunde com eles, ao rejeitar a diversidade da condição humana.
- (C) Por ser um conceito complexo, existem vários critérios para aferir a igualdade. Esta não se confunde com o igualitarismo, que defende que todos devem ser iguais em tudo, rejeitando, assim, a diversidade da condição humana.
- (D) Conceito complexo, visto que existem vários critérios para aferir a igualdade, não se confunde com o igualitarismo, em que defende que todos devem ser iguais em tudo. Tal como o igualitarismo rejeita, portanto, a diversidade da condição humana.
- (E) Defendendo que todos devem ser iguais em tudo, o igualitarismo rejeita a diversidade da condição humana, como a igualdade. Conceito complexo, por existirem vários critérios para aferir a igualdade, não se confundindo com o igualitarismo.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 20 a 24.

Comunicação

O público leitor (existe mesmo!) é sensorial: quer ter um autor ao vivo, em carne e osso. Quando este morre, há uma queda de popularidade em termos de venda. Ou, quando teatrólogo, em termos de espetáculo. Um exemplo: G. B. Shaw. E, entre nós, o suave fantasma de Cecília Meireles recém está se materializando, tantos anos depois.

Isto apenas vem provar que a leitura é um remédio para a solidão em que vive cada um de nós neste formigueiro. Claro que não me estou referindo a essa vulgar comunicação festiva e efervescente.

Porque o autor escreve, antes de tudo, para expressar-se. Sua comunicação com o leitor decorre unicamente daí. Por afinidades. É como, na vida, se faz um amigo.

E o sonho do escritor, do poeta, é individualizar cada formiga num formigueiro, cada ovelha num rebanho – para que sejamos humanos e não uma infinidade de xerox infinitamente reproduzidos uns dos outros.

Mas acontece que há também autores xerox, que nos invadem com aqueles seus best-sellers...

Será tudo isto uma causa ou um efeito?

Tristes interrogações para se fazerem num mundo que já foi civilizado.

(Mário Quintana. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1. ed., 2005. p. 654)

20. Infere-se corretamente do texto:

- (A) constatação amarga de que os autores, mesmo aqueles que são aceitos pelo valor de sua obra, somente conseguem manter seu sucesso enquanto estão vivos, desaparecendo da memória do público leitor quando morrem.
- (B) desencanto em relação ao instável comportamento do público diante de alguns autores, apesar do reconhecido valor de sua produção escrita, pois toda e qualquer obra pode tornar-se apropriada para a individualização dos leitores.
- (C) dúvida em relação ao discernimento do público quanto ao valor literário das produções de determinados autores de sucesso, em razão de serem poucos os leitores que realmente se destacam num grupo em que todos dividem as mesmas aptidões.
- (D) anuência a leitores que se deixam conduzir pela opinião da maioria, aceitando as opiniões e compartilhando os mesmos interesses do grupo em que estão inseridos, no sentido de preservação da identidade e dos valores coletivos.
- (E) juízo desfavorável quanto à produção de alguns autores superficiais e sem originalidade, considerando-se que a comunicação entre autor e leitor só será realmente produtiva se houver um processo de identificação, com base em interesses similares de ambos.



21. *Será tudo isto uma causa ou um efeito?*

A resposta correta à interrogação acima está em:

- (A) despreza-se uma leitura profunda, por ser necessariamente solitária, em oposição ao pertencimento a um grupo caracterizado por semelhanças.
- (B) é possível diferenciar a qualidade da obra de autores ainda vivos e a daqueles que já morreram, pela procura do público leitor.
- (C) observa-se que a maioria dos leitores prefere integrar-se em uma coletividade homogênea, o que justifica o sucesso de autores já mortos.
- (D) existe estreita correlação entre leitores que se contentam com uma leitura trivial e autores de assuntos repetitivos, sem originalidade.
- (E) há uma possível individualização dos leitores dentro de sua coletividade, mesmo que seja a partir de leituras comuns nem sempre originais.

22. *Claro que não me estou referindo a essa vulgar comunicação festiva e efervescente.*

O vocábulo a deverá receber o sinal indicativo de crase se o segmento grifado for substituído por:

- (A) leitura apressada e sem profundidade.
- (B) cada um de nós neste formigueiro.
- (C) exemplo de obras publicadas recentemente.
- (D) uma comunicação festiva e virtual.
- (E) respeito de autores reconhecidos pelo público.

23. *Tristes interrogações para se fazerem num mundo que já foi civilizado.*

A forma verbal grifada acima tem sentido semelhante a

- (A) precisar fazer.
- (B) serem feitas.
- (C) precisa ser feitas.
- (D) virem sendo feitas.
- (E) vier a ser feitas.

24. *... para a solidão em que vive cada um de nós...*

O segmento grifado acima preencherá corretamente a lacuna da frase:

- (A) Muitas obras, se regozijam os leitores mais exigentes, nem sempre se transformam em sucesso de vendas.
- (B) A leitura aguça o espírito crítico do leitor, e também ensina e distrai, levando-o a um mundo de fantasias não se esgotam.
- (C) Alguns temas os leitores se reportam são encontrados frequentemente em obras direcionadas para uma leitura rápida e superficial.
- (D) O gosto da leitura é completo quando os leitores se identificam com as ideias do autor em boa parte daquilo eles também creem.
- (E) Os autores estamos falando são aqueles que se preocupam em estabelecer uma real comunicação com seu leitor.

25. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas em:

- (A) Alguns dos aspectos mais desejáveis de uma boa leitura, que satisfaça aos leitores e seja veículo de aprimoramento intelectual, estão na capacidade de criação do autor, mediante palavras, sua matéria-prima.
- (B) Obras que se considera clássicas na literatura sempre delinea novos caminhos, pois é capaz de encantar o leitor ao ultrapassar os limites da época em que vivem seus autores, gênios no domínio das palavras, sua matéria-prima.
- (C) A palavra, matéria-prima de poetas e romancistas, lhe permitem criar todo um mundo de ficção, em que personagens se transformam em seres vivos a acompanhar os leitores, numa verdadeira interação com a realidade.
- (D) As possibilidades de comunicação entre autor e leitor somente se realiza plenamente caso haja afinidade de ideias entre ambos, o que permite, ao mesmo tempo, o crescimento intelectual deste último e o prazer da leitura.
- (E) Consta, na literatura mundial, obras-primas que constitui leitura obrigatória e se tornam referências por seu conteúdo que ultrapassa os limites de tempo e de época.

**Legislação**

26. Considere as atribuições do Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos:
- I. Assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções.
 - II. Coordenar o recebimento e a distribuição dos processos oriundos dos Tribunais, entre os Procuradores de Justiça com atuação perante os respectivos colegiados, obedecida a respectiva classificação ou designação.
 - III. Promover a cooperação entre o Ministério Público e as entidades envolvidas com a atividade penal e não criminal.
 - IV. Colaborar na elaboração de minutas de anteprojetos de lei sobre matéria de interesse do Ministério Público.
 - V. Coordenar a elaboração de proposta orçamentária do Ministério Público e encaminhá-la ao Procurador-Geral de Justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e V.
- (D) IV e V.
- (E) III, IV e V.

27. São órgãos de execução na organização do Ministério Público:

- I. A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- II. O Conselho Superior do Ministério Público.
- III. A Procuradoria-Geral de Justiça.
- IV. As Promotorias de Justiça.
- V. O Procurador-Geral de Justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e V.
- (C) I, III e V.
- (D) IV e V.
- (E) II e IV.

28. Para manifestar-se em agravo de instrumento interposto no Tribunal de Justiça contra decisão de primeira instância proferida em ação judicial na qual o órgão do Ministério Público é parte, considera-se intimação pessoal a realizada

- (A) pessoalmente por Oficial de Justiça cumprindo mandado judicial.
- (B) por carta com aviso de recebimento.
- (C) por carta precatória.
- (D) com a entrega dos autos com vista.
- (E) por carta de ordem.

29. Compete ao Colégio de Procuradores de Justiça

- (A) decidir sobre a remoção compulsória de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça.
- (B) aprovar, por maioria absoluta, a proposta do Procurador-Geral de Justiça para excluir, incluir ou modificar as atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça.
- (C) decidir sobre avaliação de estágio probatório de Promotor de Justiça e de seu vitaliciamento.
- (D) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção e remoção por antiguidade.
- (E) aprovar os pedidos de permuta entre membros do Ministério Público.

30. Caio da Silva ofereceu representação ao Promotor de Justiça do Consumidor da Comarca de Manaus para investigar a venda de gasolina adulterada em postos de combustíveis da cidade. Instaurado o inquérito civil e esgotadas as diligências para apuração dos fatos, o órgão do Ministério Público em manifestação fundamentada propendeu pelo arquivamento dos autos. Considerando a não confirmação da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior, é correto afirmar que

- (A) os autos do inquérito civil voltam ao Promotor de Justiça para o prosseguimento das investigações.
- (B) os autos serão encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça para a propositura de ação civil pública.
- (C) os autos serão encaminhados ao Subprocurador-Geral de Assuntos Jurídicos com recomendação para a designação de outro Promotor de Justiça para prosseguir nas investigações.
- (D) será expedida recomendação, sem caráter vinculativo, ao Promotor de Justiça para prosseguir as investigações.
- (E) será designado outro Promotor de Justiça, preferencialmente, dentre os membros da Promotoria de Justiça Especializada para o ajuizamento da ação.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Uma das características do Orçamento Tradicional é que
- (A) a estrutura do orçamento está voltada para os aspectos administrativos e de planejamento.
 - (B) inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como de resultados.
 - (C) o controle visa a avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
 - (D) as decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis.
 - (E) o orçamento é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
-
32. O prefeito do Município de Beta Azul pretende construir um prédio para funcionamento de uma creche em um bairro da periferia da cidade. Pela análise dos instrumentos de planejamento e orçamento, percebeu que a obra, com duração de execução de, aproximadamente, três anos, estava prevista no Plano Plurianual 2012-2015, mas não foi definida como prioridade pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO referente ao exercício financeiro de 2013. Além disso, na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2013 não havia dotação orçamentária específica para tal despesa. Neste caso, para início da realização da obra em 2013, deverá haver
- (A) alteração da LDO e abertura de créditos adicionais suplementares.
 - (B) alteração da LDO e abertura de créditos adicionais especiais.
 - (C) alteração da LDO e abertura de créditos adicionais extraordinários.
 - (D) abertura de créditos adicionais especiais, apenas.
 - (E) alteração da LOA, apenas.
-
33. Uma fundação estadual, instituída e mantida pelo poder público, decidiu ampliar suas pesquisas sobre a produção da laranja, com vistas a criar novas tecnologias para o aumento da produtividade do setor. Para isso, no exercício financeiro de 2012, adquiriu um novo equipamento, com vida útil estimada de 10 anos, e materiais de consumo necessários para a realização da pesquisa. No exercício financeiro de 2012, as aquisições do equipamento e dos materiais de consumo são classificadas, respectivamente, nos Grupos de Natureza de Despesa:
- (A) Transferências de Capital e Aplicação Direta.
 - (B) Inversões Financeiras e Outras Despesas Correntes.
 - (C) Despesas de Capital e Despesas Correntes.
 - (D) Investimentos e Inversões Financeiras.
 - (E) Investimentos e Outras Despesas Correntes.
-
34. Na execução orçamentária, quanto à aquisição de material de distribuição gratuita, o empenho de despesa
- (A) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - (B) pode exceder os limites dos créditos concedidos, sem a necessidade de abertura de créditos adicionais.
 - (C) pode ser realizado após a entrega do material pelo fornecedor.
 - (D) tem por base o contrato com o fornecedor e os comprovantes da entrega do material.
 - (E) é o documento que indica o nome do credor e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
-
35. De acordo com o Decreto nº 6.170/2007 e alterações posteriores, é vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da Administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a
- (A) R\$ 150.000,00 ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00.
 - (B) R\$ 120.000,00 ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00.
 - (C) R\$ 100.000,00 ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 300.000,00.
 - (D) R\$ 120.000,00 ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 300.000,00.
 - (E) R\$ 100.000,00 ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R\$ 250.000,00.



36. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público

- (A) tem por objeto o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis das entidades públicas governamentais.
- (B) tem por objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão.
- (C) é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Orçamentários e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- (D) abrange todas as entidades do setor público em seu campo de atuação, exceto autarquias e fundações mantidas e instituídas pelo Poder Público.
- (E) tem por objetivo fornecer o suporte necessário para a instrumentalização do controle social, sendo responsável pelo julgamento das prestações de contas do Poder Executivo.

37. No âmbito de um programa de saúde municipal, são distribuídos gratuitamente medicamentos para portadores de *diabetes mellitus*. Sabendo que a aquisição de tais medicamentos é realizada pelo governo municipal, a distribuição dos medicamentos gera, no mesmo, uma variação patrimonial

- (A) ativa independente da execução orçamentária.
- (B) ativa com aumento da situação líquida patrimonial.
- (C) ativa sem afetar o valor da situação líquida patrimonial.
- (D) passiva sem afetar o valor da situação líquida patrimonial.
- (E) passiva com redução da situação líquida patrimonial.

38. Considere a classificação das contas contábeis, segundo a natureza das informações que evidenciam:

- Contas com Informações de Natureza Patrimonial
- Contas com Informações de Natureza Orçamentária
- Contas com Informações de Natureza de Controle

Para a contabilização da previsão inicial da receita orçamentária, são utilizadas contas com informações de natureza

- (A) orçamentária e patrimonial, apenas.
- (B) de controle, apenas.
- (C) orçamentária, apenas.
- (D) orçamentária e de controle, apenas.
- (E) orçamentária, patrimonial e de controle.

39. Um fornecedor entregou e instalou um *software*, não integrante de um *hardware*, em uma autarquia estadual para que pudesse ser utilizado no gerenciamento da prestação de serviços pela instituição nos próximos 5 anos. Neste momento, houve a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, cujo pagamento seria realizado em, aproximadamente, 90 dias. Na autarquia estadual, a entrega e instalação do *software* gerou um aumento no ativo

- (A) não circulante – imobilizado e aumento do passivo circulante.
- (B) não circulante – intangível e aumento do patrimônio líquido.
- (C) não circulante – intangível e aumento do passivo circulante.
- (D) não circulante – imobilizado e redução do patrimônio líquido.
- (E) circulante e aumento do passivo circulante.

Instruções: Para responder às questões de números 40 e 41, considere o Balanço Orçamentário da Prefeitura Alfa referente ao exercício financeiro de X1.

<Prefeitura Municipal de Alfa>

Balanço Orçamentário Consolidado

Exercício Financeiro de X1

Data de Emissão 31/12/X1

R\$ 1.000,00

Receitas	Previsão inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b - a)
RECEITAS	10.000,00	10.500,00	10.700,00	200,00
Receitas Correntes	7.000,00	7.500,00	7.800,00	300,00
Receitas de Capital	3.000,00	3.000,00	2.900,00	-100,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	10.000,00	10.500,00	10.700,00	200,00
REFINANCIAMENTO (II)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	10.000,00	10.500,00	10.700,00	200,00
DÉFICIT (IV)	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	10.000,00	10.500,00	10.700,00	200,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

R\$ 1.000,00

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
DESPESAS	10.000,00	10.500,00	10.200,00	9.000,00	8.300,00	300,00
Despesas Correntes	6.500,00	6.500,00	6.400,00	6.000,00	5.800,00	100,00
Despesas de Capital	3.400,00	3.900,00	3.800,00	3.000,00	2.500,00	100,00
Reserva de Contingência	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	10.000,00	10.500,00	10.200,00	9.000,00	8.300,00	300,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	10.000,00	10.500,00	10.200,00	9.000,00	8.300,00	300,00
SUPERÁVIT (IX)	-	-	500,00	-	-	-500,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	10.000,00	10.500,00	10.700,00	9.000,00	8.300,00	-200,00

40. Pela análise do Balanço Orçamentário, é correto afirmar que

- (A) a inscrição de restos a pagar processados foi R\$ (mil) 1.900,00.
- (B) a inscrição de restos a pagar não processados foi R\$ (mil) 1.500,00.
- (C) houve abertura de créditos adicionais.
- (D) o resultado de execução orçamentária foi deficitário em R\$ (mil) 500,00.
- (E) não houve economia na realização da despesa.

41. Em adição às informações do Balanço Orçamentário, considere que no Balanço Financeiro Consolidado referente a X1 foram apresentados:

- Recebimentos Extraorçamentários no valor de R\$ (mil) 2.000,00, incluso o valor da inscrição de restos a pagar referente ao exercício financeiro de X1.
- Pagamentos Extraorçamentários no valor de R\$ (mil) 2.800,00.

Com base nessas informações, o Saldo em Espécie, no exercício de X1 e em milhares de reais, foi

- (A) aumentado em 1.600,00.
- (B) reduzido em 800,00.
- (C) aumentado em 900,00.
- (D) reduzido em 300,00.
- (E) reduzido em 2.200,00.



42. Na Demonstração das Variações Patrimoniais, são classificados como variações patrimoniais aumentativas financeiras:
- (A) juros de empréstimos obtidos e juros e encargos de mora.
 - (B) desconto financeiro obtido e juros de empréstimos concedidos.
 - (C) remuneração de aplicações financeiras e juros de empréstimos obtidos.
 - (D) desconto financeiro concedido e juros de empréstimos concedidos.
 - (E) variações cambiais e ganho com alienação de bens imóveis.
-
43. Sobre os objetivos do Sistema de Administração Financeira da Administração Pública Federal – SIAFI, considere:
- I. Prover os órgãos da Administração pública de mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e contábil.
 - II. Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, por meio da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
 - III. Integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal.
 - IV. Proporcionar a transparência dos gastos públicos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, III e IV, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) I e II, apenas.
-
44. De acordo com a NBC T 16.5, entre as características do registro e da informação contábil no setor público, está a comparabilidade, isto é:
- (A) os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público ao longo do tempo e estaticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades.
 - (B) o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.
 - (C) os registros contábeis devem ser realizados e as informações devem ser apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares de agentes e/ou entidades.
 - (D) os registros contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos de identificação, classificação, mensuração, avaliação e evidenciação, de modo que fiquem compatíveis, mesmo que geradas por diferentes entidades.
 - (E) o registro deve representar a realidade dos fenômenos patrimoniais em função de critérios técnicos contábeis preestabelecidos em normas ou com base em procedimentos adequados, sem que incidam preferências individuais que provoquem distorções na informação produzida.
-
45. A Prefeitura Municipal de Olhos Abertos adquiriu um aparelho de tomografia para ser utilizado no hospital público municipal pelo valor de R\$ 1.400.000,00, em 01/02/2012, data em que tal aparelho foi colocado em uso. A vida útil econômica estimada do equipamento, no momento da aquisição, foi de 5 anos e o seu valor residual de R\$ 200.000,00. O método de depreciação usado pela prefeitura é o por quotas constantes.
- De acordo com a NBC T 16.10 e sabendo que, em 31/12/2012, o valor recuperável do aparelho de tomografia era R\$ 1.170.000,00, o equipamento deve ser evidenciado, em 31/12/2012, pelo valor de, em reais,
- (A) 1.170.000,00.
 - (B) 1.180.000,00.
 - (C) 1.160.000,00.
 - (D) 960.000,00.
 - (E) 980.000,00.
-
46. Para realizar o teste de Recuperabilidade do Ativo (*Impairment*), faz-se necessário determinar o valor recuperável do respectivo ativo, que pode ser definido como
- (A) a diferença entre o valor justo e o valor contábil do ativo.
 - (B) a diferença entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda do ativo.
 - (C) o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor contábil do ativo.
 - (D) o menor valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o custo histórico do ativo.
 - (E) o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso do ativo.



47. Um Ativo Intangível, com vida útil indefinida, deve ser mensurado pelo valor
- (A) do custo corrente e não sofre depreciação.
 - (B) do custo histórico, menos a amortização acumulada.
 - (C) do custo histórico, menos a eventual perda acumulada por redução ao valor recuperável.
 - (D) justo e está sujeito, também, ao teste de redução ao valor recuperável.
 - (E) do custo histórico, menos a amortização acumulada e está sujeito, também, ao teste de redução ao valor recuperável.
-
48. A Cia. Vende Bem realizou, em 31/01/2013, uma venda no valor de R\$ 800.000,00 para ser recebida integralmente em 30/06/2014. Se a venda tivesse sido realizada à vista o valor total seria de R\$ 657.000,00. De acordo com a regulamentação vigente, a Cia. Vende Bem deveria reconhecer, em 31/01/2013, receita
- (A) de vendas no valor de R\$ 800.000,00.
 - (B) de vendas no valor de R\$ 657.000,00.
 - (C) financeira no valor de R\$ 143.000,00.
 - (D) de vendas no valor de R\$ 657.000,00 e receita financeira no valor de R\$ 143.000,00.
 - (E) de vendas no valor de R\$ 657.000,00 e ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 143.000,00.
-
49. A Cia. Negócios S.A. aplicou R\$ 5.000,00 das suas disponibilidades de caixa em ativos financeiros, adquirindo, em 01/12/2013, 5 (cinco) títulos no valor de R\$ 1.000,00 cada, classificando-os do seguinte modo: 2 (dois) títulos como ativos financeiros "destinados para negociação imediata" e 3 (três) títulos como ativos financeiros "mantidos até o vencimento". Sabendo-se que a taxa de juros contratual de todos os títulos era de 0,8% ao mês e que o valor justo de cada título, 30 dias após a aquisição, era de R\$ 990,00, é correto afirmar que, em 31/12/2013, a Cia. Negócios S.A. reconheceu para todos os títulos
- (A) resultado financeiro negativo no valor de R\$ 50,00.
 - (B) resultado financeiro positivo no valor de R\$ 40,00.
 - (C) resultado financeiro positivo no valor de R\$ 4,00.
 - (D) resultado financeiro negativo no valor de R\$ 14,00.
 - (E) ajustes de avaliação patrimonial no valor de R\$ 50,00 (saldo devedor).
-

Instruções: Para responder às questões de números 50 e 51, considere as informações abaixo.

A Cia. Brasileira adquiriu 80% das ações da Cia. Espanhola por R\$ 8.000.000,00 e assumiu o seu controle. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Espanhola era de R\$ 5.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. era de R\$ 7.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida.

50. O valor reconhecido no ativo da Cia. Brasileira, no grupo Investimentos, foi
- (A) R\$ 8.000.000,00.
 - (B) R\$ 6.400.000,00.
 - (C) R\$ 7.000.000,00.
 - (D) R\$ 4.000.000,00.
 - (E) R\$ 5.600.000,00.
-
51. Nas Demonstrações Consolidadas, a Cia. Brasileira deverá reconhecer, na data da aquisição das ações, um valor de Ágio Pago por Expectativa de Rentabilidade Futura na aquisição de Controladas de
- (A) R\$ 3.000.000,00.
 - (B) R\$ 4.000.000,00.
 - (C) R\$ 2.400.000,00.
 - (D) R\$ 1.000.000,00.
 - (E) R\$ 1.600.000,00.
-



52. O Estatuto Social da Cia. Distribuição S.A. determina a seguinte destinação do lucro:

- Reserva Estatutária – 10% do lucro líquido.
- Dividendo Mínimo Obrigatório – 40% do lucro líquido.

Sabe-se que no período o lucro líquido apurado foi de R\$ 100.000,00 e que a Assembleia aprovou um orçamento de capital para um determinado projeto e a constituição de uma Reserva para Expansão até o limite de R\$ 60.000,00 do lucro, para a realização dos investimentos constantes no orçamento aprovado. Sabe-se, ainda, que a Reserva Legal não ultrapassará o limite estabelecido na Lei Societária com a incorporação do valor correspondente ao lucro do período.

O valor retido como Reserva para Expansão e o valor do Dividendo Mínimo Obrigatório foram, respectivamente,

- (A) R\$ 45.000,00 e R\$ 40.000,00.
- (B) R\$ 60.000,00 e R\$ 25.000,00.
- (C) R\$ 50.000,00 e R\$ 40.000,00.
- (D) R\$ 60.000,00 e R\$ 35.000,00.
- (E) R\$ 60.000,00 e R\$ 40.000,00.

53. Determinada empresa apresenta índice de liquidez corrente igual a 2,5, índice de participação de capitais de terceiros em relação ao Patrimônio Líquido igual a 200% e composição do endividamento igual a 60%. Sabendo que o Patrimônio Líquido da empresa é igual a R\$ 1.000,00, o seu ativo circulante é igual a

- (A) R\$ 5.000,00
- (B) R\$ 2.000,00.
- (C) R\$ 2.500,00.
- (D) R\$ 3.000,00.
- (E) R\$ 1.500,00.

54. A Cia. Produtora adquiriu uma máquina por meio de um contrato de arrendamento mercantil financeiro. A empresa pagará 30 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 5.000,00 cada e o valor presente destas prestações, calculado na data de início do contrato com a taxa de juros implícita do arrendamento mercantil, era de R\$ 111.983,00. Sabendo-se que o valor justo da máquina arrendada, na data de início do contrato, era de R\$ 112.500,00, a Cia. Produtora reconheceu no momento da aquisição um ativo de

- (A) R\$ 112.500,00, um passivo de R\$ 111.983,00 e uma receita financeira de R\$ 517,00.
- (B) R\$ 111.983,00, um passivo de R\$ 112.500,00 e uma despesa financeira de R\$ 517,00.
- (C) R\$ 150.000,00 e um passivo de R\$ 150.000,00.
- (D) R\$ 112.500,00, um passivo de R\$ 150.000,00 e uma despesa financeira de R\$ 37.500,00.
- (E) R\$ 111.983,00 e um passivo de R\$ 111.983,00.

55. Os seguintes eventos afetaram a conta Caixa e Equivalentes de Caixa de uma empresa em determinado período:

1. Recebimento de valores decorrentes da venda de ativo imobilizado.
2. Pagamento para resgatar ações da própria entidade.
3. Recebimento decorrente da emissão de debêntures.

De acordo com a regulamentação vigente, na elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estes eventos devem ser classificados, respectivamente, no fluxo de caixa das atividades

- (A) de investimento, de financiamento e de financiamento.
- (B) operacionais, de financiamento e de financiamento.
- (C) operacionais, de investimento e de investimento.
- (D) de financiamento, operacionais e de financiamento.
- (E) de investimento, de investimento e de financiamento.

56. O conceito genérico de auditoria, adotado pelas Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, em sua revisão através da Portaria – TCU nº 168, de 30/06/2011, é:

- (A) O exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para destinatários indeterminados.
- (B) O processo que objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.
- (C) O processo que objetiva examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, é composto pelas auditorias de regularidade, conformidade e as contábeis.
- (D) O processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual os critérios aplicáveis são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado.
- (E) O processo cujo objetivo exclusivo é o exame da legalidade e legitimidade dos atos de gestão em relação a padrões normativos expressos em normas técnicas ou jurídicas e regulamentos aplicáveis, bem como em relação a disposições de cláusulas de contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.

57. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 74, expressa que *Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno....* Este sistema de controle interno é
- (A) o chamado poder de autotutela da Administração pública; é um controle de legalidade e de mérito, exercido pelos órgãos de administração de todos os poderes sobre suas próprias atividades, com vistas a mantê-las dentro da lei, segundo exigências técnicas e econômicas, para atender às necessidades dos serviços.
 - (B) essencialmente um controle de legalidade efetuado pelo Poder Judiciário sobre os poderes e órgãos da Administração pública. Ocorre sempre *a posteriori*. A lei, como principal forma de indicação do interesse público, é tomada aqui no seu sentido genérico, abrangendo toda a forma de regramento, seja constitucional, legal ou regulamentar.
 - (C) um conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir da Controladoria Geral da União – CGU/PR, orientadas para o desempenho das atribuições indicadas na Constituição Federal de 1988 e em outros normativos que tratam de controle interno. O conjunto compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
 - (D) uma secretaria que integra, como órgão setorial, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e o Sistema de Contabilidade Federal, além de exercer atribuições de órgão seccional de correição, tendo como área de atuação os órgãos integrantes da Presidência da República; inclusive as suas entidades vinculadas ou supervisionadas estão sujeitas à orientação e supervisão técnica dos órgãos centrais dos referidos Sistemas, de competência da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional, respectivamente, sem prejuízo de sua subordinação administrativa à Secretaria-Geral da Presidência da República.
 - (E) a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação das ações da gestão pública; decorre de princípios de governança e *accountability* e é viabilizado, sobretudo, pela transparência. Os agentes de órgãos, entidades, programas e fundos públicos devem contribuir para aumentar a confiança sobre a forma como são geridos os recursos colocados à sua disposição, reduzindo a incerteza dos membros da sociedade sobre o que acontece no interior da Administração pública.
-
58. Conforme as Normas de Auditoria Governamental – NAG, emitidas pelo Instituto Rui Barbosa, em 2010, para o controle externo brasileiro, *o exame praticado pelo profissional de auditoria governamental com a preocupação de obter competente e razoável evidência comprobatória da validade e propriedade material do tratamento de eventos e transações pelo ente público. A ênfase é na obtenção de evidências detalhadas.* Tal procedimento, planejado para detectar distorções relevantes, que visam a identificar operações ou saldos anormais por meio de comparação de saldos ou da evolução dos dados ao longo do tempo, é conhecido como
- (A) Teste de controle ou de cumprimento.
 - (B) Revisão analítica.
 - (C) Teste analítico substantivo ou de comprovação.
 - (D) Inspeção física ou visual.
 - (E) Recálculo ou conferência de cálculo.
-
59. O padrão de desempenho usado para medir a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do objeto de auditoria e determinar se o objeto auditado atinge, excede ou está aquém do desempenho esperado, podendo ser definido de forma quantitativa ou qualitativa na fase de planejamento e da comparação entre o padrão e a situação existente são gerados os achados de auditoria. O padrão é conhecido na auditoria governamental como
- (A) condição de auditoria.
 - (B) critérios de auditoria.
 - (C) causas de auditoria.
 - (D) efeitos de auditoria.
 - (E) plano de ação da auditoria.
-
60. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 71, determina que *O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete*
- (A) *realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II do mesmo artigo.*
 - (B) *comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.*
 - (C) *exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.*
 - (D) *apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional contratando auditores independentes para exercer essa função.*
 - (E) *avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.*

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**Atenção:

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.

Houve época em que se supunha ser o folclore uma "reliquia" do passado longínquo – algo tosco mas ingênuo, típico saber do "homem rústico". Admitia-se que ele deveria ser preservado, não porque fosse essencial, porém de sua preservação dependeria a veneração do passado, dos costumes e das tradições do "povo".

(Florestan Fernandes. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978. p.61)

O folclore, nas suas mais diversas manifestações, molda o comportamento e a personalidade das pessoas que dele tomam parte, garantindo que a convivência social se mantenha harmoniosa, apesar das contínuas mudanças que se processam na atualidade.

A partir das considerações acima, redija um texto discursivo-argumentativo sobre o tema:

A tradição cultural na formação ética de um povo

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	